



|  |  |
|--|--|
|  | <p><b><i>Quando o Trabalho Desaparece: Imigrantes em Situação de Desemprego em Portugal</i></b></p> <p><b>Carla Valadas, Pedro Góis e José Carlos Marques</b></p> <p>Dezembro de 2014, Estudos OM 55<br/>Observatório das Migrações<br/>Alto Comissariado para as Migrações (ACM)<br/>136 pp.   ISBN 978-989-685-058-6</p> <p><b>Estudo disponível em:</b> <a href="http://www.oi.acidi.gov.pt">www.oi.acidi.gov.pt</a><br/>Contacto: <a href="mailto:centro.documentacao@acidi.gov.pt">centro.documentacao@acidi.gov.pt</a></p> |
|--|--|

## Resumo:

O desemprego em Portugal tem vindo a aumentar, de forma contínua desde o início do milénio, e com especial intensidade, desde a crise económica e financeira de 2008. A par do desemprego, o trabalho precário é, hoje em dia, uma realidade para muitos trabalhadores (pobres) no nosso país. A ausência de um emprego digno e que garanta o acesso aos mecanismos de proteção social existentes numa situação de risco (e.g. de doença, desemprego, maternidade) pode ser considerado o “espectro” que ensombra as sociedades de capitalismo avançado como é a nossa.

Depois de ter sido apontado como um caso de sucesso em três áreas que se entrecruzam e assumem um papel central nas sociedades atuais, o emprego (Portugal chegou a ser apontado como um dos países que mais se aproximava das metas da Estratégia de Lisboa em 2000), o modelo de Estado-Providência (na mesma altura peritos internacionais e académicos reconheciam sinais de recuperação do atraso em matéria de proteção social) e a(s) política(s) de integração de imigrantes, Portugal está hoje numa situação mais frágil. Em 2014, 726 000 indivíduos estavam incluídos na categoria estatística “desempregados”. De entre estes, muitos são aqueles que, por não se encontrarem numa situação de emprego estável ou regular, não têm acesso aos mecanismos de proteção social assegurados pelo Estado português (e.g. subsídios de desemprego). De entre os grupos que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade, encontramos os imigrantes.

O desemprego dos imigrantes é um tema social e sociológico recente na sociedade portuguesa já que, reconhecido durante muito tempo como um “país de emigrantes”, Portugal registou um aumento considerável da população estrangeira sobretudo a partir dos anos 90 do século passado. Esta veio, em grande parte, ocupar empregos em setores económicos (e.g. hotelaria e restauração, serviços pessoais e domésticos, construção e obras públicas) onde existia carência de mão de obra. Alguns destes setores foram especialmente afetados pela crise económica, o



que aumentou a vulnerabilidade dos imigrantes perante o emprego. Também o facto de estes, como acontece em muitos outros países, estarem inseridos, simultaneamente, no mercado formal e informal de trabalho, coloca-os numa condição mais desprotegida em termos de acesso aos mecanismos de proteção social quando estão desempregados.

A situação de vulnerabilidade laboral deste grupo social nunca foi, no entanto, devidamente enquadrada e prevenida nos dispositivos legais, nem nas estratégias políticas existentes, desde logo porque, sobretudo até à grande recessão, a dimensão do desemprego era reduzida, e praticamente inexistente junto dos imigrantes. Apesar de a sua integração na sociedade portuguesa ser orientada maioritariamente por via da inserção no mercado de trabalho, o peso do trabalho informal e a precariedade laboral de muitos imigrantes não foi devidamente verificada nem acautelada. O Estado português preferiu, durante muito tempo, uma política de *laissez-faire* a enfrentar os lobbies que necessitavam da mão-de-obra imigrante para manter os custos de produção muito baixos. Para além disso, as leis laborais foram construídas tendo como referência os trabalhadores portugueses e não os imigrantes ou as suas especificidades.

Perante o relativo desconhecimento, político e académico, acerca da situação de desemprego dos imigrantes em Portugal este trabalho constitui-se como um estudo exploratório e prospetivo. Com o objetivo de caracterizar quem são os imigrantes desempregados, quais as suas dificuldades específicas na (re)inserção no mercado de trabalho e no acesso ao sistema de proteção social, quais as estratégias que utilizam para enfrentar a situação de desemprego, foram escolhidos os três grupos com maior peso, i.e. os imigrantes provenientes do Brasil, Cabo Verde e da Ucrânia. Este estudo pretende ainda retomar o tema da imigração em Portugal e alertar para que não se cometa com a investigação sobre imigração o que aconteceu com a investigação sobre a emigração portuguesa: fingir que desapareceu.

O primeiro capítulo traça a evolução recente dos principais fluxos imigratórios para Portugal desde o início do novo milénio, compilando os resultados de uma análise estatística exaustiva acerca das características sociais e económicas, em especial, dos imigrantes provenientes da Ucrânia, do Brasil e de Cabo Verde. Esta análise, é completada no capítulo subsequente pelo estudo das especificidades da inserção destes imigrantes no mercado de trabalho (e.g. qual o nível de habilitações que possuem, quais os setores de atividade que escolhem, qual o tipo de relação contratual em que estão envolvidos).

Os capítulos 3 e 4 são dedicados à caracterização mais específica da situação de desemprego dos imigrantes. Os dados apresentados baseiam-se numa análise das principais bases de dados e organismos estatísticos que disponibilizam dados sobre emprego e segurança social em Portugal (e.g. IEFP, INE, Segurança Social, Pordata) e dos mecanismos de proteção social existentes em situações de desemprego (e.g. subsídios de desemprego, rendimento social de inserção, medidas de formação profissional e criação de emprego).



O capítulo 5 compila os resultados do trabalho empírico realizado junto da população imigrante, através do recurso a entrevistas focalizadas de grupo (*focus group*) e de um inquérito disponibilizado *on line*. Com base na informação recolhida, é proposta uma tipologia que delimita situações de desemprego distintas e diferentes estratégias relativamente ao modo como o desemprego é encarado e (pretende ser) ultrapassado pelos grupos de imigrantes em estudo.

O conhecimento mais profundo desta realidade, enquadrado numa visão mais alargada em termos teóricos e também empíricos sobre as migrações de e para a Europa e dos efeitos da crise sobre o (des)emprego, leva-nos no último capítulo da obra a apresentar uma sistematização de ideias e a propor um conjunto de recomendações que poderão, no futuro próximo, ser convertidas em boas práticas e cuja implementação carece do envolvimento integrado de vários intervenientes (e.g. entidades governamentais, mas também membros da sociedade civil e representantes do setor privado).

Para além da desconstrução de certas pré-noções tão cara à análise sociológica (como seria, desde logo, a ideia da não existência de desemprego entre os imigrantes ou, como demonstraram os autores de outro estudo recente, os imigrantes não têm acesso à proteção social garantida pelo Estado), este estudo revela a existência de diferentes situações e obstáculos na forma como o desemprego é vivenciado entre os imigrantes em Portugal.

Neste sentido, há um conjunto sucinto de orientações que, na perspectiva dos autores, deverá ser testado: 1) a superação/resolução dos problemas deve ser ancorada numa percepção “mais fina” das diferentes realidades; 2) é crucial pôr em prática formas de atuação concertadas - enquanto problema social complexo, as carências e dificuldades associadas a uma situação de desemprego apenas podem ser superadas graças ao envolvimento de múltiplos setores e atores (e.g. o emprego, a educação, a habitação); 3) a pequena escala e a visão dos problemas num “espaço social” mais alargado e multi-facetado (influenciado, desde logo, pela pertença de Portugal ao espaço da UE, da lusofonia, etc.) devem conjugar-se na procura de soluções para problemas globais, que assumem especificidades locais/regionais e cujas respostas necessitam de englobar (também) uma dimensão internacional.